



ELO

27

60/30: os alicerces da escola cosmopolita

DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: POR QUE INSISTIR NESSE ASSUNTO?

Cristiana Pereira de Carvalho

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade
de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*

Maria do Rosário Pinheiro

*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade
de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*

José Luís Ferraro

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Centro de Ensino e Pesquisa em Contextos e Processos da Educação Básica da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Desde 1959, com a *Declaração Universal dos Direitos da Criança* proclamada pela Organização das Nações Unidas, e 30 anos mais tarde, com a *Convenção dos Direitos da Criança* (retificada por Portugal em 1990), que a Educação é reconhecida como um direito de todas as crianças (Princípio 7.º) para que as mesmas possam desenvolver-se plenamente, alcançando todo o seu potencial. No entanto, esse seu inigualável poder na promoção de objetivos mais amplos para o desenvolvimento só será totalmente eficaz se exercido tendo como base o valor da equidade (Unesco, 2013). Isso implica um grande esforço para que todas as crianças e adolescentes – independentemente do sexo, da etnia, do local que habitam, do estatuto socioeconómico familiar

ou possível incapacidade – possam ser igualmente beneficiadas pelo poder transformador da Educação.

Mais do que um título de um relatório da UNESCO (2013), *Education Transform Lives* pretende ser uma mensagem poderosa de que o acesso e o sucesso na Educação têm várias áreas de impacto entre as quais está a diminuição do número de matrimónios e dos índices de maternidade na adolescência. Estamos claramente perante impactos do Direito à Educação nos Direitos Sexuais e Reprodutivos das crianças e dos adolescentes.

Por outro lado, diminuir e adiar o casamento e a maternidade para depois da adolescência, são objetivos universalmente atribuídos à Educação Sexual (IPPF, 2008; Ministério da Educação, 2000), constituindo uma questão de salvaguarda do direito à autodeterminação em relação à sexualidade. Essa autodeterminação permite que as jovens conheçam melhor os seus corpos e os seus direitos, adquirindo maior confiança e liberdade para a tomada de decisões que possam afetar as suas vidas e, até mesmo, colocar a sua saúde e vida em risco (UNESCO, 2013). Assim, nessa perspetiva, somos levados a pensar – para além deste horizonte – em quais outros sentidos podemos considerar e/ou conceber a educação sexual como uma forma de educação transformadora.

1. O papel transformador da educação sexual

Em primeiro lugar, a educação sexual realizada em contexto escolar, enquanto processo contínuo e permanente de aprendizagem (Ministério da Educação, 2000; GTES, 2007) nos domínios cognitivo (informação), afetivo (sentimentos, valores e atitudes) e comportamental (comunicação, tomada de decisão e outras competências pessoais) (Ramiro, 2013; Monteiro, et al. 2017; Carvalho, et al, 2017), consiste numa estratégia chave para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (até 2030), especificamente no que diz respeito ao acesso universal à informação e educação em saúde sexual e reprodutiva (WHO, 2016). Enquanto processo educativo estruturado e programado, de acordo com um currículo específico, sequencial e interdisciplinar (GTES, 2007; Ministério da Educação, 2000), a educação sexual procura contribuir dando respostas a problemas de saúde pública (Matos, Reis, Ramiro & Equipa Aventura Social, 2011), como às infeções sexualmente transmissíveis (IST), a infeção pelo VIH/SIDA e a gravidez indesejada. Segundo a UNESCO, ela é essencial por “transmitir aos jovens informações adequadas para a idade, culturalmente relevantes e cientificamente corretas. Ela inclui oportunidades estruturadas para

que os jovens explorem suas atitudes e valores, e pratiquem a tomada de decisões e outras habilidades de vida de que necessitarão para serem capazes de fazer escolhas informadas na sua vida sexual" (UNESCO, 2010a, p. 2).

Em segundo lugar, as crianças e os adolescentes estão, muitas vezes, expostas a informações contraditórias e errôneas sobre sexualidade, gênero, diversidade e direitos sexuais por parte do grupo de pares e dos meios de comunicação (Pinheiro & Carvalho, 2016). Neste âmbito, a UNESCO "privilegia os programas desenvolvidos em meio escolar e integrados no currículo da educação formal, pois estes tendem a atingir um número muito maior de crianças e adolescentes" (UNESCO, 2012, p. 7), durante vários anos e antes de serem sexualmente ativos com parceiro/a (UNESCO, 2010a). Considerando que todas as crianças devem passar pela esfera da educação formal, os sistemas de ensino são considerados os melhores espaços para implementar programas específicos de educação sexual (WHO, 2013), que privilegiem o desenvolvimento de uma literacia em saúde sexual crítica (Ramiro, 2013; Monteiro, et al. 2017; Carvalho, et al, 2017) que compreenda a sexualidade como um elemento positivo, uma fonte de satisfação e de potencial humano (ES holística), baseado na defesa dos direitos humanos e no direito à autodeterminação referente às questões relacionadas com a sexualidade (Marchena, 2015; Pinheiro & Carvalho, 2016; WHO, 2013).

Em terceiro lugar, a educação sexual, como parte integrante do currículo escolar, é considerada indispensável na prevenção dos comportamentos sexuais de risco dos jovens (WHO, 2010; Lei nº. 60/2009; Portaria nº. 196-A/2010; Ministério da Educação, 2000). Segundo a Unesco, existem evidências de que os programas de educação sexual exercem um impacto positivo na saúde sexual dos jovens, contribuindo não só para reduzir os riscos de uma gravidez indesejada e de contágio de infeções sexualmente transmissíveis, como o vírus do VIH/SIDA (UNESCO, 2010a), como também para promover o uso do preservativo em jovens sexualmente ativos (Carvalho, 2017; Ramiro & Matos, 2008; Ministério da Educação, 2000; Kirby, 2001) e melhorar a comunicação sexual com o/a parceiro/a amoroso/a (Hicks, McRee, & Eisenberg, 2013). Embora os programas educacionais implementados isoladamente não sejam suficientes para eliminar o risco de infeção do VIH, da gravidez indesejada e da atividade sexual coerciva ou abusiva (UNESCO, 2010a), um número crescente de evidências demonstra que os programas de educação sexual exercem um impacto positivo na saúde sexual dos jovens e contribuem para a redução de alguns destes riscos e vulnerabilidades, tornando o debate cada vez mais necessário (WHO, 2016; UNESCO, 2012).

Um estudo realizado com adolescentes Portugueses revelou que os jovens que não tiveram educação sexual na escola apresentaram menos conhecimentos e informação (Carvalho, Pinheiro, Pinto Gouveia, & Vilar, 2017a) e mais crenças e atitudes negativas sobre género e contraceção (Carvalho, Pinheiro, Pinto Gouveia, & Vilar, 2016). Por outro lado, os que tiveram mais anos de educação sexual foram os que revelaram possuir mais conhecimentos sobre a sexualidade (Carvalho et al., 2017a) e menos crenças limitantes sobre género, contraceção e violência no namoro (Carvalho et al., 2016), levando a concluir que os resultados positivos se devem aos efeitos da educação sexual em contexto escolar (Carvalho et al., 2017a). Além disso, os conhecimentos sobre sexualidade estiveram associados às atitudes positivas relacionadas com o uso de preservativos e que os jovens que fizeram uso dos mesmos no último encontro sexual foram os que revelaram estar mais informados sobre a sexualidade (Carvalho et al., 2017a). Observou-se também que os anos de educação sexual obtidos na escola são um fator importante para o comportamento sexual protetor, no que diz respeito ao uso consistente do preservativo (Carvalho, 2017).

Igualmente importante, é o facto de vários estudos evidenciarem que os rapazes tendem a apresentar menos conhecimentos (Reis & Matos, 2007), mais crenças negativas (Carvalho et al., 2017a; Carvalho et al., 2016), envolvendo-se assim em mais comportamentos sexuais de risco (Carvalho, Pinheiro, Pinto Gouveia, & Vilar, 2017b), estando mais expostos aos efeitos negativos da pornografia e da masculinidade tóxica na vivência da sexualidade, o que justifica a necessidade de adaptar e direcionar as intervenções nestas áreas para o público masculino (Carvalho et al., 2017b). Por outro lado, é necessária a desconstrução de determinadas crenças negativas, bem como evitar a perpetuação de discursos que reforcem valores que normalizam o comportamento de violência contra a mulher nas relações amorosas. Cabe, então, à educação sexual desenvolver ações que promovam uma reflexão crítica sobre os estereótipos de género (Ministério da Educação, 2010) e de ações que valorizem positivamente relacionamentos gratificantes, assentes na igualdade (WHO, 2010) (i.e., que reconheçam o direito da mulher a sentir desejo, tomar iniciativa, dizer *sim* e *não*) e na ética relacional (Marchena, 2015). Assim, perguntamo-nos: para que a educação sexual seja transformadora e emancipatória, quais princípios podem contribuir para o seu sucesso nos programas escolares?

2. Princípios orientadores de uma educação sexual de qualidade

Apostar em programas de educação sexual de qualidade nas escolas representa uma importante oportunidade educativa e formativa para o desenvolvimento de um conjunto de saberes e de aptidões comportamentais específicas (i.e., de comunicação, de negociação, de recusa para práticas indesejadas, de utilização do preservativo, de resolução de problemas e tomada de decisão, de reconhecimento e de saber lidar com a pressão dos pares) que são necessárias para a adoção e manutenção de comportamentos sexuais protetores.

Alguns dos princípios que contribuem para o sucesso dos programas de educação sexual nas escolas podem ser encontrados na literatura da especialidade (WHO, 2013; 2016; Caldeira, 2015; Matos, 2008; Kirby, Roller & Wilson, 2007) e, mais especificamente, nas recentes *guidelines* produzidas pela UNESCO (2010a, 2010b, 2012), onde são apresentadas boas práticas utilizadas em diversas instituições educativas sendo identificadas as características comuns dos programas de educação sexual que conseguiram aumentar conhecimentos, esclarecer valores e atitudes, desenvolvendo habilidades alterando alguns comportamentos. Entre a diversidade de princípios que compõem esse quadro de referência para a educação sexual, destacamos a criação de redes de apoio locais com profissionais especializados em diferentes áreas da sexualidade que, de forma articulada, não só capacitem os docentes para implementarem programas de educação sexual, mas também os supervisionem e os acompanhem apoiando-os durante a realização dos programas nas escolas, por meio de consultorias técnicas (Unesco, 2010b), assim como, a capacitação dos/as próprios/as professores/as em temas específicos da educação sexual e em metodologias ativas.

Consideramos igualmente importante identificar as necessidades e interesses em saúde sexual e reprodutiva dos/as adolescentes, considerando as diferentes faixas etárias a que os programas se destinam (WHO, 2016; UNESCO, 2010a), por meio da realização de um diagnóstico de necessidades junto do grupo alvo. Por outro lado, é fundamental que os programas de educação sexual transmitam informação clara, relevante, apropriada à idade e facilmente compreendida pelos jovens (Caldeira, 2015) sobre comportamentos de risco e de proteção e de diferentes maneiras, reforçando valores comunitários importantes como igualdade, responsabilidade, consentimento, ética relacional, tolerância, respeito e empatia vinculados aos direitos humanos (UNESCO, 2010a). A concretização desses programas implica a utilização de métodos participativos, de discussão e reflexão, que facilitem a aprendizagem e a análise crítica das situações (i.e., jogos, dramatizações,

brainstorming, trabalhos em pequenos grupos, estudos de caso, etc.), concebidos para modificar os fatores de risco e de proteção que forem alvo do programa (UNESCO, 2010a).

Outra sugestão fortemente validada no âmbito da educação para a saúde consiste em integrar a estratégia da Educação pelo Pares, com recurso a alunos/as mais avançados na educação escolar (Caldeira, 2015), desde que com preparação e formação prévia, de modo que possam ser modelos positivos e contribuir para capacitar os mais jovens. De facto, muitos programas de promoção da saúde sexual e reprodutiva nas escolas têm sido desenvolvidos com base na metodologia da educação pelos pares (Svenson, 2001; Pinheiro, 2006; Carvalho & Pinheiro, 2018), nos quais os jovens são chamados a dinamizar as atividades junto dos seus colegas. O estabelecimento de um conjunto de regras a seguir durante o programa é imprescindível para que os/as alunos/as se possam expressar sem receios e se sintam seguros para participar nas atividades. Estas regras incluem evitar comentários humilhantes, "não fazer perguntas pessoais; respeitar o direito de não responder a perguntas; reconhecer que todas as perguntas são legítimas; não interromper; respeitar as opiniões de terceiros; e manter a confidencialidade" (UNESCO, 2010a, p.13).

Os programas de educação sexual devem estar assentes em modelos teóricos explicativos do comportamento (Kirby, Laris, & Rolleri, 2007) – como por exemplo, o Modelo de Informação-Motivação e Aptidões Comportamentais (MIMAC) de Fisher e Fisher (1992), um dos mais utilizados e que melhor explica os determinantes psicológicos dos comportamentos preventivos na transmissão do VIH/SIDA - e adotar estratégias baseadas nas teorias que integram variáveis cognitivas, comportamentais, psicológicas e socioculturais para a explicação do comportamento humano (Barahona, 2004).

Consideramos, assim, que as boas práticas existentes em diversos países que investiram em programas de educação sexual para adolescentes – e disponibilizaram uma vasta literatura a confirmar a sua eficácia – possam servir de inspiração, reforço e incentivo à construção de programas de educação sexual nas escolas portuguesas. Não negligenciando as diferenças culturais, as evidências desses estudos podem orientar novas pesquisas nesta área. De igual modo, podem servir para reforçar e para um constante repensar as políticas educativas nacionais de promoção da educação sexual nas escolas, de modo a integrar o maior número de "fatores de sucesso" contemplados nos programas eficazes (UNESCO, 2010a, 2010b, 2012).

Nesse sentido, a construção de uma sociedade em que homens e mulheres possam conviver sem discriminação e em igualdade passará por proporcionar uma educação sexual que influencie na construção de uma sociedade mais democrática e justa (Pinheiro & Carvalho, 2016; Marchena, 2015). Esta educação passa por garantir os direitos sexuais e reprodutivos (IPPF, 2008) e de autodeterminação da identidade e expressão de género (Lei n.º 38/2018), para que cada pessoa seja livre para tomar as suas próprias decisões sobre o seu corpo, estando simultaneamente protegida contra quaisquer formas de violência. Assim, garantir o acesso universal à informação, ao conhecimento científico e à educação em saúde sexual e reprodutiva, enquanto necessidade social e direito das crianças e jovens, representa o compromisso assumido por Portugal, no contexto da União Europeia, na concretização de esforços para alcançar os objetivos da nova agenda de ação para 2030 (WHO, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia da República. (2018). *Lei n.º 38/2018 - Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa*. Diário da República. N.º 151 - 1.ª série de 7 de agosto de 2018.

Barahona, F. (2004). *Conhecimentos, Atitudes e Comportamento de Adolescentes e Jovens Adultos perante a Infecção por VIH: Contributos para a prevenção primária na adolescência*. Tese de Mestrado (não publicada). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Caldeira, E. C. (2015). *Promoção da saúde e desenvolvimento dos adolescentes: a educação sexual em contexto escolar*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa e Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

Carvalho, A., et al. (2017). *Referencial de Educação para a Saúde*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação.

Carvalho, C. P. & Pinheiro, M. R. (2018). De igual para igual: A Educação pelos Pares como estratégia educativa, transformadora e emancipatória. *Cadernos Unifoa*, 13, 81 – 90.

Carvalho, C. P. (2017). *Educação sexual no contexto escolar e familiar: o contributo de variáveis pessoais, relacionais e educacionais para a compreensão das vivências sexuais dos jovens*. Dissertação de Doutoramento (não publicada). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Carvalho, C. P., Pinheiro, M. R., Pinto Gouveia, J., & Vilar, D. (2016). Questionário de atitudes e crenças sobre sexualidade e educação sexual (QACSES) para adolescentes: estudos de validação psicométrica. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7, 345 - 363.

Carvalho, C.P., Pinheiro, M. R., Pinto Gouveia, J., & Vilar, D. (2017b). Vivências e comportamentos sexuais de risco dos adolescentes portugueses: estaremos face a uma proteção negligenciada?. In Cetolin, S. (Coord). *Saúde Pública: Doenças Negligenciadas Milenares e Emergentes*. Porto Alegre: ediPUCRS, 71-98.

Carvalho, C. P., Pinheiro, M.R., Pinto Gouveia, J., & Vilar, D. (2017a). Conhecimentos sobre sexualidade: Construção e validação de um instrumento de avaliação para adolescentes em contexto escolar. *Revista Portuguesa de Educação*, 30, 249- 274.

Fisher, J. D., & Fisher, W. A. (1992). *Changing AIDS-Risk Behavior*. Psychological Bulletin, 111, 455-474.

Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES). (2007). *Educação para a saúde – Relatório Final*. Lisboa: DGIDC.

Hicks, M., McRee, A., & Eisenberg, M. (2013). Teens Talking with Their Partners about Sex: The Role of Parent Communication. *American Journal of Sexuality Education*, 8(1-2), 1-17, doi: 10.1080/15546128.2013.790219.

IPPF. (2008). *Sexual rights: an IPPF declaration*. London: IPPF.

Kirby, D. (2001). *Emerging answers: research findings on programs to reduce teen pregnancy*. Washington, DC: National Campaign to Prevent Teen Pregnancy.

Kirby, D., Laris, B., & Rolleri, L. (2007). Sex and HIV education programs: Their impact on sexual behaviors of young people throughout the world. *Journal of Adolescent Health*, 40(3), 206-217.

Marchena, J. A. (coord.). (2015). *Investigar e Intervenir en Educación para la Salud*. Madrid: Narcea, S. A. De Ediciones.

Matos, M.G. (ed) (2008). *Sexualidade, Segurança e SIDA - Estado da Arte e Propostas em Meio Escolar*. Lisboa: IHMT/FMH/FCT.

Ministério da Educação e da Saúde (2010). *Portaria n.º 196-A/2010*. Diário da República. N.º 69 - 1.a série de 9 de Abril de 2010.

Ministério da Educação. (2000). *A Educação Sexual em Meio Escolar. Linhas Orientadoras*. Lisboa: Ministério da educação.

Ministério da Educação. (2009). *Lei n.º 60/2009*. D.R. Nº 151 - 1.ª série de 6 de Agosto de 2009.

Monteiro, R., et al. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação.

Pinheiro, M. (2006). Educação pelos Pares: de educandos a educadores, uma estratégia atractiva mas muito exigente. *Revista Ser Solidário*, 34, 7 - 9.

Pinheiro, M.R., & Carvalho, C. (2016, novembro) *Sexualidade, Saúde e Educação. Comunicação oral apresentada no Curso de Formação Científica de Voluntários/as Universitários*. Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA” em colaboração com o Ministério da Educação, através do Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens de Coimbra, Coimbra.

Ramiro, L. & Matos, M. G. (2008). Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista de Saúde Pública*, 42(4), 684-692. doi: 10.1590/S0034-89102008005000036.

Ramiro, L. (2013). *A educação sexual na mudança de Conhecimentos, atitudes e comportamentos sexuais dos adolescentes*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ Faculdade de Motricidade Humana.

Ramiro, L., Reis, M., Matos, M., Diniz, J., & Simões, C. (2011). Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 29(1), 11-21.

Reis, M., & Matos, M. (2007). Contracepção – Conhecimentos e atitudes em jovens universitários. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8(2), 209-220.

Svenson, G. et al. (2001). *Os Jovens e a Prevenção da SIDA: Guia Europeu de Educação pelos Pares*. Lund: Departamento de Medicina Comunitária, Universidade de Lund.